

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.959 - SP (2011/0143957-2)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : MARIA CRISTINA RUSSO
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO E OUTRO(S) - SP183397
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412
EMBARGADO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942A
MARINA PEREIRA ANTUNES DE FREITAS - DF037075

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MARIA CRISTINA RUSSO em face da r. decisão monocrática (fls. 615/616, e-STJ), que determinou o sobrestamento do feito e a devolução dos autos ao eg. TJ-SP até o julgamento do Tema/STF n. 1016 - RE n. 1.141.156/RJ.

No presente recurso, a parte embargante alega que "*(...) a r. decisão ora embargada determinou, data venia, equivocadamente, com base em r. decisão proferida pelo Col. STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 1.141.156-RJ, o sobrestamento do presente recurso e a consequente devolução dos autos ao Eg. Tribunal a quo, o que acredita a embargante ter ocorrido, data venia, por erro material, uma vez que o objeto do recurso do Santander e da ora embargante NÃO se refere aos índices expurgados de correção monetária sobre depósitos judiciais, mas somente aos juros remuneratórios, juros de mora e honorários advocatícios, como bem delimitado pelo Eg. TJ-SP no v. acórdão recorrido*" (fl. 620).

É o relatório. Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

In casu, não existe o apontado erro material. Colhe-se do recurso especial que o recorrente BANCO SANTANDER BRASIL questiona a inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária dos valores depositados judicialmente. À título

elucidativo, colaciona-se o seguinte trecho do apelo nobre (fl. 404):

"Ocorre que os v. acórdãos recorridos houveram por bem determinar, ainda, a incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças, também a partir do ajuizamento do feito.

No entanto, Exas., ao assim disporem, os v. acórdãos violaram o disposto nos referidos artigos 10 da Lei 6.899/81 e 10 do Decreto 86.649/81.

Isto porque dispôs, a r. decisão monocrática, nesse ponto mantida, que após o ajuizamento da ação deverá haver 'correção monetária pelos índices adotados para cálculos judiciais', ou seja, a incidência apenas de correção monetária calculada pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos do que restou preceituado no art. 10, da Lei n.º 6.899, de 08 de abril de 1981, combinado com o artigo 10 do Decreto n.º 86649/81.

E, determinando-se a atualização pelos mesmos critérios dos débitos judiciais (Tabela do TJ/SP), é certo que não há que se falar em juros remuneratórios posto que estes integram apenas os critérios de atualização da poupança, afastados expressamente pelo Juízo de Primeiro Grau após o ajuizamento do feito.

Desse modo, data venia, a correção monetária dos débitos judiciais não contempla a incidência de juros remuneratórios, os quais, portanto, não podem ser cumulados com a Tabela do TJ/SP, mas somente com os índices da caderneta de poupança."
(g.n.)

O col. Supremo Tribunal Federal, por sua vez, no Tema n. 1016, ressaltou a controvérsia afetada nos seguintes termos:

"Conforme se extrai dos recursos interpostos, verifica-se que a controvérsia constitucional cinge-se a saber se a correção monetária dos depósitos judiciais deve, ou não, incluir os expurgos inflacionários.

Os dispositivos invocados nos recursos extraordinários são: 2º (separação dos poderes), 5º, "caput" e XXXVI (direito adquirido), LIV (devido processo legal) e LV (contraditório); 21, VII e VIII (competência da União para emitir moeda, elaborar e executar planos de desenvolvimento econômico e social); 22, VI, VII e XIX (competência privativa da União para legislar sobre sistema monetário, política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores, sistemas de poupança e garantia de poupança); 48, XIII e XIV (atribuições do Congresso Nacional para dispor sobre matérias de competência da União), e 96, I, "b" (competência dos tribunais), 97 (reserva de plenário), 99 (autonomia do judiciário) e 105, III, "a" (competência para julgamento do recurso especial

pelo Superior Tribunal de Justiça).

A questão posta, especificamente quanto aos depósitos judiciais, ainda não foi decidida por este Supremo Tribunal Federal, apresentando peculiaridades que denotam a importância de sua análise de mérito por esta Corte.

Registre-se, entretanto, por importante, que questões análogas, referentes à incidência de expurgos inflacionários na correção monetária de outras verbas depositadas em instituições financeiras, já tiveram o seu reconhecimento de repercussão geral nesta Suprema Corte. Confira-se o RE-RG 591.797, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, Dje de 30.04.2010 (tema 265), o Plenário deste Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da matéria que trata sobre as diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.

Na mesma linha, quando do julgamento do RE-RG 632.212, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, Dje de 20.05.2011 (tema 285), esta Corte também assentou a existência de repercussão geral da matéria que trata sobre as diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor II, como a hipótese dos autos.

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do RE 631.363 (Tema 284), de relatoria do ministro Gilmar Mendes e do RE 626.307 (Tema 264) de relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Assim sendo, entendendo caracterizada a repercussão geral do tema da inclusão, ou não, dos expurgos inflacionários na correção monetária dos depósitos judiciais."

Dessa forma, verifica-se que a controvérsia do presente recurso - inclusão dos expurgos inflacionários na atualização monetária - equipara-se ao objeto da Repercussão Geral, não havendo o alegado erro material.

Assim, no caso dos autos, está nítido o propósito da parte embargante de rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração. Isso, porque tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade

dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA INSTÂNCIA A QUO CONSIDERADOS PROTELATÓRIOS. MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC/73. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Rejeita-se a apontada violação ao art. 535 do CPC/73, pois o v. acórdão a quo não possui vício de omissão, obscuridade ou contradição, mas mero julgamento em desconformidade com os interesses do agravante.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1210716/PR, Rel. Ministro **LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO)**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 26/04/2018, g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide. O fato de a decisão ser contrária aos interesses da parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

(...)

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento."

(EDcl no AgRg no AREsp 258.442/RJ, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe de 07/03/2014, g.n.)

O simples descontentamento com o "decisum", a despeito de legítimo, não

Superior Tribunal de Justiça

tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator